

Iniciativa tem como objetivo contribuir para o enfrentamento da corrupção e promover a transparência com relação à atuação do Ministério Público

A Procuradoria-Geral da República lançou nesta terça-feira, 9 de dezembro, o Portal de Combate à Corrupção. O lançamento foi realizado durante a Conferência Internacional de Combate à Corrupção, na sede da PGR, em Brasília. O objetivo é que o portal seja uma ferramenta a mais para que o cidadão identifique e possa atuar ativamente no enfrentamento da corrupção.

Ao acessar a página ([www.combateacorrupcao.mpf.mp.br](http://www.combateacorrupcao.mpf.mp.br)), o cidadão tem acesso a tutoriais das ferramentas de acompanhamento e controle, estatísticas dos processos, glossário da corrupção, além de linha do tempo com os principais casos (Mensalão, Lava Jato, Anaconda, Banestado, entre outros).

A ferramenta “Monitora” é o destaque dentre as funcionalidades apresentadas pelo portal. Por meio de gráficos, são mostrados os dados do combate à corrupção por unidade da federação, com as indicações de ações penais e de improbidade. O sistema é integrado ao Portal da Transparência do MPF e traz detalhes de cada processo (data de autuação, unidade do MPF responsável, órgão do judiciário, resumo).

Casos emblemáticos de corrupção na história brasileira terão informações consolidadas em linha do tempo que mostra o contexto e os principais momentos da atuação do MPF. É lembrado o trabalho do Ministério Público Federal e da Justiça em 11 casos: Jorgina de Freitas (1991), Scuderie Le Cocq (1996), Luiz Estevão (1997), Anaconda (2003), Banestado (2003), Banco Santos (2004), Mensalão (2005), Sudam (2005), Sanguessuga (2006), Cachoeira (2012), Lava Jato (2014).

Estão disponíveis ainda tutoriais para o público identificar práticas ilícitas relacionadas ao patrimônio público, além de links para diversos portais (Controladoria-Geral da União, Caixa Econômica Federal, Tribunal de Contas da União, por exemplo) que trazem informações sobre gastos, contratos, licitações, entre outros.

**Fonte:** [MPF/PGR](#), em 09.12.2014.